

Pensando a riqueza e a pobreza na sociedade capitalista a partir de Marx

Henrique Pereira Braga¹

Resumo: O presente ensaio procura contribuir para o debate sobre o tema da riqueza e da pobreza na sociedade capitalista. Para tanto, propõe um resgate da crítica da economia política elaborada por Marx em três de seus encontros com os economistas políticos, tendo os conceitos de riqueza e pobreza como chave analítica, de maneira a demonstrar que, para o Mouro, a produção de riqueza capitalista engendra pobreza humana.

Palavras-chave: Karl Marx (1818-1883); riqueza; pobreza; crítica da economia política.

Abstract: The present essay aims to contribute to the debate on the theme of wealth and poverty in capitalist society. Hence, this work proposes a recovery of the critique of political economy elaborated by Marx in three of his encounter with political economists, using the concepts of wealth and poverty as an analytical key, in order to demonstrate that, for Marx, the production of capitalist wealth generates human poverty.

Keywords: Karl Marx (1818-1883); wealth; poverty; critique of political economy.

Introdução

O recente debate em torno do tema da desigualdade de riqueza e de renda trouxe para a esfera pública um fenômeno intrigante: a humanidade alcançou uma capacidade de produção invejável, gerando uma verdadeira profusão dos chamados “bens e serviços”, ao mesmo tempo em que declina, para muitos de seus singulares, as possibilidades de acessar o conjunto desses “bens e serviços”. Tal disparidade é, em geral, expressa pelo ritmo inferior do crescimento do seu poder de compra, quando comparado com o ritmo de crescimento do poder de compra dos extratos superiores de riqueza e de renda, evidenciando uma ampliação da pobreza – a despeito do decréscimo do número absoluto de subnutridos e daqueles em condição de “extrema pobreza”².

Amparado em amplo estudo da evolução patrimonial de diversas economias, além dos dados disponíveis, por exemplo, sobre distribuição de renda, distribuição salarial e crescimento econômico, tais conclusões abalaram as bases do pensamento social contemporâneo, alicerçado no dogma de que a promoção da concentração de riqueza e de renda seria o meio para o desenvolvimento econômico. O núcleo estruturante dessa crítica interna ao “neoliberalismo” reside menos na mobilização de volumosos dados e mais em dois conceitos, sem quais o próprio tratamento dos dados seria inviabilizado: riqueza e

¹Professor Adjunto do Departamento de Economia da UFES.

²Dois são os trabalhos sintéticos desse acúmulo: os livros de Thomas Piketty (2014) e Anthony Atkinson (2015). Acerca do número de subnutridos e pobreza extrema, consultar FAO et al (2015) e World Bank (2016). Sobre esse último dado, a crítica de Michael Roberts (2017) quanto à grandeza dos números é indispensável.

pobreza. Dito de outra forma, a visão de mundo que informa tal crítica é estruturante de sua apreensão do mundo, uma vez que subjaz a qualquer interpretação do mundo uma concepção de como o mundo social opera para que seu modo de conhecer produza certa experiência socialmente compartilhada.

Conceituados a partir do aparato empírico recolhido por meio de formulações próprias da “ciência econômica”, esses dois termos são figurados como, no caso da riqueza, acúmulo de patrimônio capaz de prover certo rendimento monetário ao longo do tempo; e como, no caso da pobreza, insuficiência de renda para que se atinja determinado mínimo de consumo – estabelecido a partir do mapeamento conceitual-estatístico dos rendimentos de cada residência em determinado país.

Embora importante para evidenciar a desigualdade na distribuição da riqueza capitalista, fornecendo uma parte substantiva do material descritivo, nota-se que a capacidade explanatória desse tipo de análise está confinada às regularidades empíricas que conseguem capturar, partindo das partes do conjunto social como representativas de sua totalidade. Nestes termos, as causas subjacentes à abundância em meio à pobreza são apresentadas como contingências, passíveis de políticas de ajuste distributivo, deixando de lado o próprio processo de produção do que seria distribuído. Em outras palavras, porque não capturam as estruturas sociais produtoras da abundância material em meio à profusa pobreza, tais teorias, embora apontem para uma das faces do problema, não dão conta de explicar sua origem e desenvolvimento como imanentes ao próprio processo social de produção regido pelo capital.

Por essa razão, propõe-se a exposição da especificidade da sociedade estruturada pelo capital, apreendendo o caráter de sua produção, distribuição, troca e consumo. O que é realizado por meio da releitura da *crítica imanente* realizada por Marx, tendo como chave de leitura a natureza da riqueza e da pobreza no capitalismo. Com isso, proporciona-se um outro olhar sobre o amplo espectro de estatísticas, produzidas a partir de outros paradigmas teóricos, que passam a serem compreendidas como modos de expressão do contraditório processo social de produção da vida sob o capital.

Essa leitura da relação entre a riqueza e a pobreza afirma, por um lado, que eles são fenômenos resultantes do modo de produzir, distribuir, trocar e consumir estruturado pelo capital, ao contrário de serem resultado de certa contingência, passível de solução

sem que o próprio capitalismo, enquanto certo *modo de produção da vida social*³, seja posto em questão. E, por outro lado, essa leitura do problema da riqueza e da pobreza mostra que eles não podem ser tratados de forma isolada, uma vez que as partes componentes do processo social, seguindo Marx, formam um conjunto irreduzível, seja às partes ou ao próprio todo, que, no caso da sociedade capitalista, compõe um movimento contraditório, o qual reproduz tal sociedade ao mesmo tempo em que produz as condições materiais de superação.

Tal movimento contraditório é expresso nos fenômenos cotidianos da sociedade do capital, sendo um deles a abundância material em meio à degradação do humano. Para explicar esse movimento, o autor desenvolve um aparato categorial no qual as categorias estranhamento e capital ocupam lugar de destaque, pelo menos para a apreensão da natureza da problemática da riqueza na sociedade capitalista, permitindo uma compreensão desse problema capaz de apontar para sua abolição por meio das próprias possibilidades constituídas pela sociedade capitalista.⁴ Contrastando, claramente, com as visões utópicas (ou mitigadora) que emergem, por exemplo, da “ciência econômica”.

A seguir, serão apresentadas sínteses do argumento do autor a respeito da relação entre a riqueza e a pobreza na sociedade capitalista em três dos seus encontros com a economia política: *Manuscritos Econômico-Filosóficos (1843)*, os *Grundrisse (1857/58)* e *O Capital (1867)*. Para tanto, o trabalho está dividido em três atos, além dessa introdução e das considerações finais.

Ato I – estranhamento

Em seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (doravante, *Manuscritos*), Marx registra seu primeiro encontro com a economia política, começando com uma crítica à sua concepção sobre cada uma das três fontes da chamada “renda nacional”: o trabalho, o capital e a propriedade fundiária. Em seguida, ele afirma que a economia política não explica justamente o condicionante social último para a existência do trabalho assalariado

³ Sobre essa compreensão do conceito de modo de produção, destaca-se a seguinte passagem de Marx & Engels (2007, p.87): "O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos."

⁴O que justifica, seguindo as palavras de Postone (2015, p.4), a retomada da crítica de Marx ao capitalismo, uma vez que se trata de uma crítica “capable of grasping the core of a social formation that is generative of a peculiar dynamic of identity and non-identity, of pointing beyond itself while reasserting itself”.

e da propriedade privada, suas fontes da riqueza. Tal condicionante é, para Marx, o estranhamento (ou a alienação).

De maneira sintética, esse fundamento pode ser explicado do seguinte modo: a cisão entre os humanos em classes sociais – nas quais se verificam, de um lado, os proprietários dos meios de produção e, do outro lado, os humanos na posição de trabalhadores – tem por fundamento o estranhamento, tanto dos proprietários quanto dos trabalhadores, frente aos resultados da sua atividade, ao ato de efetivação dessa atividade, ao gênero humano e para com cada um dos humanos. Assim, os humanos tomam os demais e a natureza como objetos externos e estranhos – i. e., somente como meios para a realização de determinada finalidade –, de forma que sua atividade ou a apropriação dos resultados da atividade não contribui para o desenvolvimento de sua maestria (não é um fim em si mesma), mas tão somente para seu desgaste (“desefetivação”), com o objetivo de produzir objetos para a fruição imediata por outro (cf. Marx, 2004, pp.24-26, 80-83, 86-88, 90).

Na sociedade em que a propriedade privada assume a forma de propriedade privada móvel (cf. *ibidem*, pp. 74-75) – passível de compra e venda – e o trabalho toma a forma de trabalho assalariado – compra e venda da capacidade de trabalho como meio de vida –, ocorreria, de acordo com Marx, o máximo desenvolvimento do estranhamento, uma vez que a degradação dos humanos na posição social de trabalhadores assalariados e o contraste de tal deterioração com a riqueza social por eles produzida seriam de tal envergadura que marcariam a vida do trabalhador assalariado como vida para o trabalho. Por sua vez, tal posição social explica, para Marx, porque o trabalho é estabelecido pela economia política como fonte de toda a riqueza, embora seja necessário, segundo esses autores, que os trabalhadores recebam somente o suficiente para a sua subsistência (cf. *ibidem*, pp. 23, 82-83).

Sua contraparte, os proprietários privados, seriam os possuidores dessa riqueza acumulada, da qual fruem na forma do *ter* e não na forma do *ser* (cf. *ibidem*, p. 108). Ou seja, não enriquecem a si mesmos, haja vista que se trata de um conjunto de objetividades externas e estranhas, mas, sim, enriquecem o próprio poder social constituído na forma do dinheiro que a tudo pode comprar.

A abolição do estranhamento não significa, é importante indicar, a generalização da propriedade da abundância material *externa, estranha* (alienada), à qual Marx denomina de “riqueza material coisal”. Ao contrário, a superação do estranhamento exige a apropriação dessa riqueza por meio do enriquecimento dos humanos – o gênero e seus

singulares. O próprio processo de produção (ou as atividades que envolvam sua produção) deve ser constituído de forma a ampliar a maestria dos humanos, de maneira que as objetividades, embora sempre exteriores, não serão estranhas porque realizadas a partir da sua interiorização pelos humanos. Assim, a apropriação não é a socialização dos resultados da produção ou do controle do modo de produzir pelo Estado, pois, tanto num caso como no outro, o que se universalizou foi o estranhamento.

A superação dessa realidade social degradante para os humanos, seja porque têm sua vida transformada em trabalho, seja porque seu horizonte é apenas o enriquecimento do mundo objetivo expresso no poder do dinheiro, exige, portanto, a superação do estranhamento por meio da apropriação da força social de produção constituída a partir dessa deterioração das relações sociais. Tal força, aponta Marx, constitui-se como “capital” (cf. *ibidem*, pp. 80-81) nessa sociedade, porém, apropriar-se nesta forma é, na melhor das hipóteses, possuir uma força social de produção que engendra a alienação.

Nos *Manuscritos*, encontra-se exposto, portanto, o processo de produção da abundância material – denominada “riqueza material coisal” – como degradante dos humanos, de modo que o crescimento dessa riqueza constitui o cerne do empobrecimento da vida social. Com o desenvolvimento do conceito de capital, nos *Grundrisse*, o autor qualificou que o estranhamento que ocorre na sociedade burguesa advém de uma relação social específica, apreendida por meio da categoria de “capital”. Com isso, o meio para a superação do estranhamento assume a necessidade de efetivação de outro modo de vida, no qual o desenvolvimento da individualidade humana seja o fundamento da riqueza, o que exige a abolição do capital, não sua socialização.

Ato II – capital

Dividido em duas partes – a primeira dedicada ao “Dinheiro”, e a segunda dedicada ao “Capital” –, os *Grundrisse* têm por fio condutor a demonstração de que a especificidade da sociedade burguesa está no seu processo de produção, norteado pela produção de determinada riqueza, de forma que as relações de troca são, nas mais variadas formas do dinheiro, adequadas a esse processo. Para delinear a característica específica à sociedade burguesa, Marx recorda que suas relações sociais (burguesas) são caracterizadas pela independência pessoal e pela dependência coisal.

Ao contrário de ser uma sociedade baseada na dependência pessoal, em que nossa posição social é estabelecida a partir do grau de parentesco, dos preceitos religiosos e/ou do domínio direto sobre outros grupos sociais – por exemplo –, na sociedade burguesa

são as relações entre os produtos dos trabalhos de cada produtor individual que medeiam nossas relações (cf. Marx, 2011, pp. 104-107). Assim, os produtores individuais participam da produção social na proporção em que contribuem para essa produção (ou se apropriam da produção de outro) – contribuição essa medida pelo tempo de trabalho consubstanciado nos valores de uso produzidos, por eles, para a troca, e expressa no quanto cada um “traz consigo no bolso” (cf. *ibidem*, p. 105).

Para a instauração desse padrão de relação social, Marx assinala a ocorrência de uma mudança substantiva nas relações humanas. Além do crescimento do comércio, da indústria, dos transportes, das comunicações etc. – em suma, do intercâmbio humano na forma do “negócio” –, verificou-se a expropriação dos humanos, na posição social de trabalhadores, dos meios de produção e dos meios de subsistência, marcado pela transformação da terra em propriedade privada móvel – isto é, passível de compra e venda (cf. *ibidem*, pp. 215-216).

A transformação, nas relações humanas, com a instituição do trabalho assalariado junto com determinado grau de intercâmbio humano caracteriza um processo social de produção que Marx procura apreender com a categoria de capital. Criticando a noção da economia política de que capital são as coisas (instrumentos de trabalho, máquinas etc.) que medeiam o processo de trabalho, Marx demonstra que o capital é, nos termos utilizados nos *Grundrisse*, o movimento contraditório da produção do valor de troca consubstanciado em valores de uso. Nesse sentido, o capital assume várias formas ao longo desse movimento, justamente por ser a reprodução do valor de troca que, enquanto tal, necessita da forma do uso para continuar a existir (mesmo que o uso seja representar valores de troca, como o dinheiro) (cf. *ibidem*, pp. 211-213).

Tal movimento de reprodução do valor de troca é explicado pela unidade entre o processo de produção e de circulação de mercadorias. Neste último, ocorre a troca entre iguais: o representante do capital apropria-se da força de trabalho, que recebe o suficiente para se reproduzir na posição social de trabalhador (cf. *ibidem*, p. 222). Na produção, por seu turno, a relação de troca acontece no momento em que a força de trabalho é posta para trabalhar. Durante esse tempo, trabalha-se além do tempo necessário à sua reprodução – i. e., o valor de troca pelo qual foi contratada –, resultando num tempo de trabalho excedente que é apropriado pelo capital, uma vez que tal tempo assume a forma de valores de troca consubstanciados em valores de uso (cf. *ibidem*, pp. 251-252, 254).

Vendidos, tais valores de troca devem novamente assumir a forma da força de trabalho e dos meios de produção, recompondo o movimento. Porém, o representante do

capital, que está atento a essa necessária unidade, procura recompor o movimento, sempre que possível, em escala ampliada, pois sua participação na riqueza social advém do *quantum* de trabalho “ele produz” frente ao *quantum* de trabalho produzido pelo conjunto social. Assim, para Marx, o enriquecimento ocorre por meio da crescente produção e realização de valores de troca consubstanciados em valores de uso, em que seja ampliada a quantidade de valor a mais frente aos valores adiantados para a produção.

Justamente no movimento de contínua reprodução ampliada do valor de troca, reside, nota o autor, a contradição desse processo de produção que abre a possibilidade para sua superação em direção à emancipação humana (*cf. ibidem*, pp. 255-256). Pois, para ampliar o tempo de trabalho excedente em escala crescente, o capital engendra a elevação do intercâmbio humano, de forma a reduzir o tempo de trabalho necessário à reprodução da capacidade de trabalho frente ao tempo de trabalho excedente. Contudo, cada nova elevação do intercâmbio humano diminui um já reduzido tempo de trabalho necessário à reprodução dos meios de subsistência dos trabalhadores, provocando uma pequena elevação do tempo de trabalho excedente (*cf. ibidem*, pp. 263-265, 269-270). Por consequência, o crescimento da quantidade de tempo de trabalho apropriada como excedente tende a ser cada vez menor e, na sociedade burguesa, não poderá ser nulo, haja vista que o crescimento do valor de troca ocorre sobre o trabalho vivo (*cf. ibidem*, p. 267).

Apesar do substantivo crescimento da riqueza material, bem como do intercâmbio humano, o que se verifica é, portanto, o decréscimo da taxa de crescimento da riqueza social burguesa. O que marca uma contradição do seu processo de produção: constitui um potencial de produção que permitiria reduzir a jornada de trabalho ao mínimo de tempo de trabalho necessário para o conjunto social, mas essa potência não se efetiva, porque assume a forma capital, por meio do modo de trabalho que incorpora ao sistema de máquinas a divisão do trabalho manufatureira, constituindo, assim, um processo de trabalho cujo caráter é ser meio para extração de *quantum* de trabalho (*cf. ibidem*, pp. 119-120, 590-591).

Em outras palavras, ao invés de libertar os humanos de jornadas de trabalho contínuas, extensas e intensas, destinadas unicamente à reprodução de crescente valor de troca consubstanciado em valores de uso, o potencial produtivo constituído com o avanço da reprodução do capital mantém os humanos confinados a esse horizonte estreito de produção, degradando sua existência. Longe de estabelecer o efetivo desenvolvimento da individualidade humana, nota-se a redução do tempo dedicado a outros aspectos da vida

humana, enquanto é ampliado o tempo de trabalho⁵, significando um enriquecimento do mundo das coisas a partir do empobrecimento do mundo dos humanos.

Nos *Grundrisse*, o autor explicita, portanto, um processo social de produção de uma riqueza específica, de forma que a riqueza é, efetivamente, o conjunto dos valores produzidos em escala ampliada, sendo o seu fundamento é, de forma explícita e estrutural, o empobrecimento dos humanos, que, confinados à relação de estranhamento, são degradados porque têm sua vida reduzida às jornadas de trabalho contínuas, extensas e intensas, bem como a um horizonte de reprodução social enquadrado pelo movimento contraditório do processo de produção da riqueza social capitalista.

Em relação a *O Capital*, a riqueza social capitalista ainda é figurada como *quantum* de trabalho expresso em valores de uso, de forma que, embora já indique a duplicidade da riqueza social capitalista, não qualifica o caráter da dominação impessoal. Embora produto da relação social é, em *O Capital*, expressa na relação entre tempo histórico e tempo abstrato⁶.

Ato III - Tempo

Em *O Capital*, Marx registra sua crítica à economia política, submetendo-a a apreciação do público – pelo menos o primeiro livro, publicado em 1867. No livro publicado, o autor analisa a sociedade capitalista por meio da unidade básica de sua riqueza social: a mercadoria. E, logo de saída, aponta para sua duplicidade: ser ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca. Contudo, como o valor de troca é aquele expresso pela relação entre duas mercadorias, o que conforma essa relação são seus respectivos valores. O que caracteriza a unidade contraditória constitutiva da mercadoria como valor de uso e valor. (*cf.* Marx, 2013, pp. 113-114)

E isso porque, na sociedade em que os produtos da atividade humana devem se expressar na forma mercadoria, ela é constituída pelo trabalho (sua substância) cuja unidade de medida é o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. (*cf.* Marx, 2013, pp. 116-117) Em tal sociedade, portanto, os humanos participam da produção social à medida que seus mais variados produtos do trabalho (trabalho concreto) – ou a si próprio como força de trabalho – devem mercadoria, de maneira a fazerem parte do *quantum social* de trabalho (trabalho abstrato). Nesse sentido, a participação das pessoas na riqueza social não se dá por conta de seu pertencimento à certa casta, família,

⁵ Aspecto já notado pelo autor nos *Manuscritos*, *cf.* Marx (2004, pp.81-83).

⁶ Aqui, seguimos as pistas lançadas no trabalho seminal de Moishe Postone (1993).

estrato social, ou seja, por suas relações de dependência pessoal; mas, sim, porque as mercadorias que passam a ofertar recebem a chancela social – i.e., conformam o tempo de trabalho do conjunto da sociedade em sua medida adequada. Por isso, as coisas portadoras de valor são elevadas à condição de mediadora das relações entre os humanos, caracterizando uma sociedade na qual há independência pessoal e dependência coisal. (cf. Marx, 2013, pp. 136; 147-148) Tal estranhamento, por seu turno, manifesta-se na natureza peculiar do dinheiro nessa sociedade: ao ser o representante universal da riqueza social capitalista, tudo pode comprar, uma propriedade que não existia em outras sociedades. (cf. Marx, 2013, pp. 145; 176; 206)

Se cada átomo da riqueza social capitalista contem certa grandeza de valor, cabe notar que essa grandeza não é referenciada em si mesma. A sua referência é a produtividade média de cada mercadoria, de forma que produzir abaixo dessa média significa fazer um esforço maior para se apropriar da mesma quantidade de trabalho por unidade de tempo social que as pessoas que produzem essa mercadoria na média. Enquanto ser mais “eficiente” implica se apropriar de mais com menos esforço. Uma primeira consequência dessa forma de mediação social está na centralidade assumida pelo trabalho, de forma que a produção dos meios de subsistência torna-se um esforço contínuo – e, na era do trabalho intermitente, pode-se dizer, diário – que não está assegurado aos membros da sociedade por meio das mediações pessoais de suas relações⁷.

Outras consequência dessa forma de mediação social está no seguinte: se a participação social está referida ao tempo médio da produção de certa mercadoria, seus produtores, individualmente, procuraram desenvolver dispositivos para reduzirem o tempo de suas produções e, assim, apropriarem-se de uma maior parcela da quantidade social de trabalho, enquanto a média do tempo de produção continua abaixo de seu tempo. Aqueles que forem efetivos nesse desenvolvimento, conseguem se apropriar desse excedente até o momento em que a média da produção da mercadoria é redeterminada e, por conseguinte, um novo esforço de elevação da produtividade é requerido. Tal

⁷ Nesse particular, cabe contrastar com as (mal) chamadas sociedades primitivas, nas quais a reprodução dos meios de subsistência é abundante, mas elas não se dedicam a sua contínua reprodução: “[...] Não só o homem das sociedades primitivas não está de forma alguma sujeito a [...] existência animal que seria a busca permanente para assegurar a sobrevivência, como é ao preço de um tempo de atividade notavelmente curto que ele alcança – e até ultrapassa – esse resultado. Isso significa que as sociedades primitivas dispõem, se assim o desejarem, de todo o tempo necessário para aumentar a produção dos bens materiais. O bom senso questiona: por que razão os homens dessas sociedades queriam trabalhar e produzir mais, quanto em três ou quatro horas diárias de atividade são suficientes para garantir as necessidades do grupo?”. (cf. Clastres, 2012, p.207)

redeterminação ocorre por diversos meios (socialização das novas técnicas de produção e concentração do mercado, por exemplo), sendo ela a explicação para a concorrência entre as pessoas⁸.

Quando a produção das condições materiais necessárias à vida social tem essa estrutura, tem-se a subordinação das objetivações humanas ao valor em contínua expansão. A saber, as jornadas dos mais diversos trabalhos são pagas não pelo que produzem em termos de valores consubstanciados em valores de uso, mas, outrossim, o quanto pode reproduzir o humano na posição de trabalhador por certo período de tempo (um dia, um mês ou um ano, por exemplo). (cf. Marx, 2013, pp. 263; 270-273) Assim, o tempo de trabalho que excede aquele necessário à reprodução da força de trabalho, constitui o mais-valor, que engendra o crescimento da riqueza material numa forma social específica: o capital.

Por esse raciocínio, a ampliação do mais-valor pode ocorrer, aponta Marx, de maneira absoluta ou relativa. Enquanto a primeira se refere ao predomínio da expansão da jornada de trabalho como meio de elevação do mais-valor, a segunda ocorre quando prepondera o crescimento da produtividade como meio da elevação do mais-valor. (cf. Marx, 2013, pp. 578) Como se sabe, as duas formas de extração do mais-valor atuam juntas, contudo, o domínio da segunda sobre a primeira caracterizou as produções em que a jornada de trabalho foi limitada⁹ e, com isso, revolucionou-se o seu processo de valorização, instituindo a grande indústria moderna, na qual o trabalhador é um apêndice da máquina, que dita o ritmo de produção. (cf. Marx, 2013, pp. 448-449)

Do ponto de vista estrutural, a elevação do mais-valor relativo ocorre não de forma direta, pois, o aumento da produtividade implica redução do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e, por isso, apropria-se desse espaço de tempo que fora reduzido, num movimento de expansão do mais-valor que já havia sido identificado nos *Grundrisse*. Contudo, o limite à acumulação de capital é mais duro do que aquele exposto nos esboços de *O Capital* porque a quantidade de trabalho por unidade de tempo é social e, por isso, dependem do desempenho produtivo dos demais. E, assim, no momento em

⁸ Neste ponto, Marx avançou em relação a sua exposição dos Manuscritos, no qual enunciou que a concorrência explicava tudo para a economia política, porém, trata-se da forma da mediação social que explica a concorrência entre os humanos, reduzidos a condição de produtores de mercadorias.

⁹ Cabe notar que, em *O Capital*, Marx expõe essa diferença mostrando o papel das lutas dos trabalhadores pelo controle da jornada de trabalho. (cf. Marx, 2013, pp. 305ss) Desde que foi estabelecida, contudo, sabe-se que os representantes do capital procuram sabotá-lo, com exemplificam as recentes reformas trabalhistas aprovadas em diversos países. O que pode ser explicado como uma resposta ao próprio limite da acumulação de capital, que será exposto a seguir.

que se estabelece uma nova média de produção ocorre uma “desvalorização” das mercadorias, o que foi caracterizado por Moishe Postone como *treadmill effect*. (cf. Postone, 2003, pp. 289-9)

Para explicar esse limite, pode-se imaginar a seguinte situação. Uma quantidade x de mercadoria é produzida em 10 horas, possuindo um valor de y reais, sendo essa a média social. Caso um produtor privado consiga produzir $2x$ mercadorias nas mesmas 10 horas, ele se apropriará do dobro da riqueza social que antes, na medida em que valem $2y$ reais. Contudo, no momento em que o tempo de trabalho da nova forma de produzir torna-se a média social, o valor produzido passa a ser y , contudo, a quantidade de mercadoria é $2x$.¹⁰

Se recordarmos que a “lei geral da acumulação” explicita que, em linhas gerais, o crescimento da produção social sob a égide do capital implica no crescimento da capacidade produtiva humana ao mesmo tempo em que torna inúteis os humanos na posição de trabalhadores (cf. Marx, 2013, pp. 705-707), o *treadmill effect* adiciona mais um componente à natureza da acumulação de capital. A saber, ela não apenas tem taxas declinantes de crescimento, mas sobre ajustes abruptos, sintetizados na redeterminação do valor das mercadorias. O que significa, dentre outras coisas, que a mediação social pelo trabalho inaugura uma forma social do tempo específica: medido em unidades abstratas, essa medida não captura a crescente concentração de atividades numa mesma unidade abstrata, de forma que o tempo histórico – cada vez mais “pesado” – não se expressa no tempo abstrato.

Sob o ponto de vista da riqueza e da pobreza, trata-se de dizer que a abundância material dessa sociedade se expressa numa constante busca por maior participação na produção social porque, se nossa mediação social é pelo trabalho, nossa conexão social está em nossos bolsos, assim como nossas capacidades humanas. E, com isso, a enorme riqueza material é posta como insuficiente, diante do decréscimo e oscilação da sua forma social, o valor, produzindo não apenas a pobreza como desamparo – o exército industrial de reserva – mas, também, o empobrecimento do horizonte de vida dos humanos. Seja porque presos à incessante corrida na esteira em busca do lugar inalcançável que é seu pertencimento social imediato. Seja porque cada vez mais

¹⁰ Há diversas abstrações nesse exemplo, como, por exemplo, o fato de o capital constante se elevar quando um novo processo produtivo é implementado, de forma que o valor final da nova mercadoria muda. Contudo, isso não inviabiliza o exemplo, pois o *treadmill effect* não é afetado, haja vista que o mais-valor apropriado sofrerá tal redução.

excedidos, cansados, exauridos pelas concentração de atividades, rotinas, produtos e normas por unidade de tempo¹¹. Empobrecimento esse que atravessa tanto os humanos na posição social de representantes do capital quanto aqueles reduzidos à condição de trabalhadores.

Considerações Finais

Por meio da exposição acima, pode-se afirmar que a riqueza e a pobreza não são fenômenos dissociados, muito menos redutíveis à medidas absolutas – sejam monetárias ou não (felicidade, por exemplo). Compreendidos como produtos da duplicidade da riqueza social, cuja dinâmica de produção engendra seus próprios limites, assim como suas possibilidades de superação, os fenômenos da riqueza e da pobreza expressam uma sociedade na qual a abundância material é apagada pela dinâmica quase-independente da valorização do valor. A saber, na sociedade capitalista somos compelidos a tornar nossas atividades mercadorias, quem assim consegue, contribui para o funcionamento de um tipo de relação social mediada pelos seus trabalhos que são avaliados, incessantemente, em relação a produtividade social.

Correndo nessa espécie de esteira, tomamos os demais corredores e o restante dos seres a nossa volta como o são: coisas que utilizaremos para tentarmos estar sempre a diante da média. O que, por si só, contribui para elevar a própria média da produção social. Com isso, engendramos um estranhamento que tem como fonte a própria forma de mediação social, cujo poder social coercitivo sobre os humanos está nas suas próprias práticas para reproduzirem sua vida social – i.e., no capital – sob certa modalidade de tempo. Esse efetivo empobrecimento das relações humanas, tornadas relações instrumentais, coisificadas e, portanto, estranhadas; é efeito da mercadorização crescente de esferas da vida social, que traga os seres humanos numa espiral de elevação das atividades executadas por unidade de tempo que produz uma vida cansada – claro que de maneiras distintas e percebidas de diferentes modos por uns e por outros – cuja solução, no capitalismo, ser dá por meio de novas rodadas de mercadorização, contribuindo para expandir a abundância material produtora do próprio empobrecimento humano que se pretende combater (a indústria farmacêutica, por exemplo).

Por fim, lidos por meio da chave analítica da riqueza e da pobreza, os *Manuscritos*, os *Grundrisse* e *O Capital* são sínteses da crítica de Marx a economia política capazes não apenas de iluminar debates relativos à história do pensamento econômico ou as crises

¹¹ Embora sem considerar a desigualdade no cansaço, tal questão foi capturada por Byung-Chul Han (2015).

econômicas. Outrossim, produz uma compreensão da condição humana na modernidade que revela que o fundamento da riqueza é, de forma explícita e estrutural, o empobrecimento dos humanos, que, confinados à relação de estranhamento e de capital, são degradados. E, assim, a abordagem da ciência econômica, confinada às medidas de crescimento da riqueza social capitalista, não produz conceitos capazes de dar conta de capturarem a relação entre a riqueza e a pobreza no capitalismo, embora seja importante para apontar a existência do fenômeno. Nesse sentido, o presente ensaio afirma ser incontornável a releitura de Marx para a compreensão do fenômeno da abundância material em meio à profusa pobreza.

Referências

- ATKINSON, Anthony B. *Desigualdade: o que pode ser feito?* São Paulo: Leya, 2015.
- CLASTRES, Pierre [1974]. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- FAO, IFAD and WFP. 2015. “The State of Food Insecurity in the World 2015”. *Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress*. Rome, FAO. Disponível em <<http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf>>. Acessado em 31 jul. 2017.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MARX, Karl. [1844]. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. [1857-58]. *Grundrisse: esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. [1867]. *Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich [1847/1848]. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PIKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty-first Century*. Massachusetts: Harvard University Press, 2014.
- POSTONE, Moishe [1993]. *Time, Labor and Social Domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- _____. “The task of critical theory today: rethinking the critique of capitalismo and its futures”. In: DAHMS, Harry F. (ed.). *Globalization, Critique and Social Theory: Diagnoses and Challenges*. 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1108/S0278-120420150000033001> acessado em 31 jul. 2017.
- ROBERTS, Michael. “Bill Gates and 4bn in poverty”. *The Next Recession (blog)*. 05/04/2017. Disponível em <https://thenextrecession.wordpress.com/2017/04/05/bill-gates-and-4bn-in-poverty/> acessado em 31 jul. 2017.
- WORLD BANK. 2016. *Poverty and Shared Prosperity 2016: Taking on Inequality*. World Bank. Disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25078/9781464809583.pdf> acessado em 31 jul. 2017.